

**A. I. N°** - 232875.0023/03-1  
**AUTUADO** - BUSCA VIDA POSTOS DE COMBUSTÍVEIS LTDA.  
**AUTUANTE** - ANTONIO LUÍS DOS SANTOS PALMA  
**ORIGEM** - INFAZ CAMAÇARI  
**INTERNET** - 02.10.03

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0373-03/03

**EMENTA: ICMS. 1.** DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIA NÃO SUJEITA A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 1% do valor comercial das mercadorias não escrituradas. Foi feito o levantamento, reduzindo-se o débito inicialmente apurado. **2.** DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA O ATIVO IMOBILIZADO. FALTA DE PAGAMENTO. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 30/06/03, para exigir o ICMS no valor de R\$1.471,56, acrescido da multa de 60%, além da multa de R\$268,94, em decorrência de:

1. Falta de registro, na escrita fiscal, de entradas, no estabelecimento, de mercadorias não sujeitas à tributação- R\$268,94;
2. Falta de recolhimento do imposto decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação, destinadas ao ativo fixo do estabelecimento – R\$1.471,56.

O autuado impugnou o lançamento, à fl. 43, alegando que:

1. a nota fiscal com data de ocorrência de 13/04/99 (R\$5.208,20) tem o CFOP nº 699 e se trata de remessa por conta de terceiros, conforme a cópia da nota fiscal de Remessa sob Comodato emitida pela Texaco S/A (fl. 39), não gerando débito de ICMS;
2. a nota fiscal com data de ocorrência de 01/12/99 (R\$257,00) tem origem no Estado da Bahia, não havendo obrigatoriedade de pagamento da diferença de alíquotas;
3. a nota fiscal com data de ocorrência de 06/11/02 (R\$1.386,00) foi destinada a outra empresa.

Quanto às notas fiscais com data de ocorrência em 28/04/99, 01/06/99, 26/08/99, 26/11/99, 22/12/99, 26/06/00 e 17/07/01, aduz que “durante o período de recebimento destes bens, a empresa não tinha entrado em funcionamento de fato, estava em processo de reforma e construção, não sendo estes bens para uso e consumo nem imobilizados como um bem a parte da empresa” e “são na verdade parte do todo, sendo considerado como imóvel junto com a construção e recursos eletrônicos para melhor performance administrativa”.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 57), afirma que a impugnação tem o objetivo de “procrastinar o andamento do processo” e o autuado “foge ao foco da questão, quando se refere a

tipo de operação, origem da mercadoria, além de apresentar fortes contradições em sua argumentação”.

Acrescenta que “resta clara a intenção de desviar a atenção do julgador, para que este não perceba, que cobrança de multa formal por não escrituração independe do CFOP registrado na NF”. Por fim, pede a procedência do lançamento.

## VOTO

Da análise das peças processuais, constata-se que o presente Auto de Infração foi lavrado para exigir multa por falta de escrituração de notas fiscais de entradas de mercadorias não tributáveis (infração 1) e o ICMS que deixou de ser recolhido, em razão da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais na aquisição de mercadorias oriundas de outras unidades da Federação e destinadas ao ativo fixo do estabelecimento (infração 2).

Quanto à infração 1, deve-se ressaltar que o contribuinte tem a obrigação de escriturar todas as notas fiscais, sejam de entradas ou de saídas, não importando se as mercadorias são ou não tributáveis. No caso de falta de registro, na escrita fiscal, de documentos fiscais de entradas de mercadorias não tributáveis, a Lei nº 7.014/96, em seu artigo 42, inciso XI, determina que seja aplicada a penalidade de 1% “do valor comercial da mercadoria não tributável, entrada no estabelecimento sem o devido registro na escrita fiscal”.

Sendo assim, está caracterizada a irregularidade apontada, exceto em relação à Nota Fiscal nº 77201 (fl. 44) por que as mercadorias, ali constantes, foram destinadas à empresa Norte Sul Com Bic Eletrod Ltda., CNPJ nº 02.694.927/0001-02, localizada na Rua Jesuíno Martins Souza, 49, na cidade de Teixeira de Freitas, não obstante estar indicado, por equívoco, o número de inscrição do autuado. Pelo exposto é devido o valor da multa indicada neste item da autuação, excluindo-se a importância de R\$13,86, referente à data de ocorrência de 06/11/02, o que totaliza a multa de R\$255,08.

Relativamente à infração 2, da análise das notas fiscais acostadas às fls. 28 a 39, constata-se que se trata de aquisições interestaduais de forro de PVC, sistemas de automação, calibrador eletrônico, conjunto de chumbadores, regadores, baldes, coletores de lixo, rodo, aferidor de gasolina, régua para medição, maleta com provetas, impressoras fiscais, suporte para banners, elevador etc, caracterizando-se como materiais de uso / consumo e bens do ativo imobilizado do estabelecimento do autuado.

Dessa forma, é devida a exigência de ICMS, por diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, conforme apontado neste lançamento, de acordo com o artigo 5º, inciso I, do RICMS/97.

Deve ser excluída, entretanto, Nota Fiscal nº 77201 (fl. 39), deduzindo-se o valor de R\$138,60 do total de débito, por que as mercadorias, ali constantes, foram destinadas à empresa Norte Sul Com Bic Eletrod Ltda., CNPJ nº 02.694.927/0001-02, localizada na Rua Jesuíno Martins Souza, 49, na cidade de Teixeira de Freitas, não obstante estar indicado, por equívoco, o número de inscrição do autuado, como relatado anteriormente.

Deve ser excluída, ainda, a Nota Fiscal nº 611, deduzindo-se o valor de R\$25,70 do total de débito, porque as mercadorias foram oriundas de fornecedor estabelecido no próprio Estado da Bahia, não havendo imposto a ser exigido a título de diferença de alíquotas.

Sendo assim, é devido o valor exigido nesta infração, no montante de R\$1.307,16, com a exclusão dos valores de R\$25,70 (01/12/99) e R\$138,60 (06/11/02), como anteriormente explanado.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232875.0023/03-1**, lavrado contra **BUSCA VIDA POSTOS DE COMBUSTÍVEIS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$1.307,26**, sendo R\$1.184,76, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios e R\$122,50, acrescido de idêntica multa, prevista no inciso II, “f” da citada Lei e artigo e dos acréscimos legais, além da multa de **R\$255,08**, prevista no artigo 42, XI, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 22 de setembro de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA